



REPÚBLICA DE CABO VERDE

Assembleia Nacional Popular

RELATÓRIO

DA

REUNIAO CONJUNTA DAS COMISSOES
ESPECIALIZADAS PERMANENTES



REPÚBLICA DE CABO VERDE

ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR

RELATÓRIO

DA

REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES
ESPECIALIZADAS PERMANENTES

De harmonia com as disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, as sete Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Nacional Popular, realizaram nos dias 14 e 15, a partir das 9.00 horas, a sua primeira reunião conjunta, numa das salas de reuniões da Assembleia Nacional Popular, na Achada de Santo António, para análise e discussão do Projecto da ordem do dia, com os seguintes pontos:

1. Constituição do Órgão de Direcção da Reunião Conjunta;
2. Apreciação do Programa do Governo e do Projecto de Lei de aprovação do Orçamento Geral do Estado para o ano de 1986;
3. Apreciação do Orçamento da ANP para o ano económico de 1986;
4. Ratificação dos diplomas expedidos pelo Governo até 30 dias anteriores à I Sessão Legislativa;
5. Sobre o eventual projecto de lei de ratificação do Tratado da Convenção de Lomé;
6. Sobre o projecto de lei de pedido de autorizações legislativas.

Com a presença da maioria absoluta dos integrantes das Comissões Especializadas Permanentes deu-se início à reunião, tendo o Camarada José Eduardo Barbosa, Primeiro Secretário da Mesa da ANP, te

cido as considerações necessárias com vista à constituição do Órgão de Direcção da Reunião Conjunta, tendo em conta o estabelecido no regulamento interno da Reunião Conjunta das Comissões Especializadas Permalentes no seu artigo 6º, capítulo II.

Nessa base foram escolhidos os seguintes elementos para constituírem a Mesa da Reunião Conjunta:

Presidente - Camarada José Gomes da Veiga, na qualidade de Presidente da Comissão Especializada da Economia, Plano, Finanças e Orçamento;

Vice-Presidente - Camarada Bartolomeu Lopes Varela, Presidente da Comissão Especializada de Assuntos Constitucionais e Jurídicos;

Secretário - Camarada Filipe Andrade Soares de Carvalho, Secretário da Comissão Especializada de Relações Exteriores e Cooperação e

Relator - Camarada Orlando José Mascarenhas, Relator da Comissão Especializada da Economia, Plano, Finanças e Orçamento.

I

Na apreciação do documento sobre o Programa do Governo, as Comissões congratularam-se com a qualidade do Programa, visto tratar-se de um documento com elevado nível técnico e metodológico e cujo conteúdo bastante sistematizado consubstancia os princípios, concepções e filosofia preconizados pela constituição, pelo Programa do Partido e uma reflexão crítica sobre os diversos problemas nacionais. O documento contém ideias inovadoras, com incidência particular no aparelho do Estado e índice social e económico.

Por outro lado, ele aparece na sequência de dois eventos importantes - o décimo aniversário da nossa Independência e a Campanha Eleitoral para a III Legislatura.

Trata-se, por conseguinte, de um trabalho que a experiência, a vivência e os resultados dos dez anos da nossa Independência, permitiram reforçar, aperfeiçoar e avançar, em relação aos trabalhos anteriores.

Sendo o Plano Nacional de Desenvolvimento um dos instrumentos fundamentais da direcção da Economia Nacional e um suporte indispensável à materialização do Programa do Governo considera-se que o facto de este documento não ter sido acompanhado do Plano (ou de um texto que expressasse as principais orientações e os dados essenciais nele integrados) limitou, em certa medida, uma acuidade maior nas apreciações de determinados aspectos do Programa.

Todavia, os vários capítulos analisados salientaram os dois aspectos importantes no que concerne à viabilidade económica do país, ressaltando a inter-dependência dos vários sectores económicos e sociais.

O documento, de uma forma crítica, analisou os pontos fracos nacionais ou sejam:

- o baixo nível de produção interna;
- a alta taxa de desemprego e
- a alta dependência do exterior.

Para superar essas fraquezas, foram apontados os seguintes caminhos:

- o aumento da produção nacional de bens e de serviços;
- a racionalização e desenvolvimento dos serviços de apoio à produção e comercialização;
- a integração crescente do mercado nacional;

- a melhoria da gestão da economia;
- o reforço da acção económica externa do Estado;
- a satisfação acrescida das necessidades fundamentais da população.

Por outro lado, as realizações operadas nos vários sectores durante os dez últimos anos, constituem prova evidente do excelente trabalho já feito, o que constitui uma base de experiência acumulada para as projecções futuras com vista a novas realizações.

O documento põe ainda acento tónico no controle e na avaliação como práticas normais do aparelho do Estado ao longo dessa Legislatura.

As Comissões congratulam-se ainda com essa decisão do nos-
so Governo exortando-o à criação de mecanismos necessários à materia-
lização efectiva desse conteúdo, e concluíram da necessidade de os
problemas levantados pelas nossas populações nas diversas localida-
des do país e durante a Campanha Eleitoral, possam ser objecto de
uma atenção especial e considerados como prioritários em termos de
possibilidades de resposta por parte dos diversos serviços e orga-
nismos.

EDIFICAÇÃO DO ESTADO INDEPENDENTE E SOBERANO

No âmbito da edificação do Estado Independente e Soberano e, na parte relativa ao reforço da democracia, que é, aliás, uma passagem de muita riqueza teórica, salienta-se a necessidade de dignificação das instituições representativas da vontade popular, fomento e a facilitação da participação no exercício e controlo do poder, o incentivo da opinião pública, o encorajamento das organizações cívicas.

Atendendo, a que no nosso contexto político, ao lado das instituições apontadas, também as organizações de massas, em parti-

Congresso da UNTCCS

Subsídios

UNTCCS: 7.000
Juae - cv: 15.000
OMCV: 13.000
OPADW: 7.000

-5-

cular os sindicatos, poderão contribuir profundamente para o reforço da democracia em toda a sua dimensão, as Comissões, são de parecer, que seria politicamente conveniente, uma referência ao encorajamento e apoio às organizações de massas, em particular aos sindicatos e não só às organizações cívicas, em sentido estrito.

O Poder Local foi objecto de pormenorizada discussão, tendo-se constatado com satisfação que se adoptou uma metodologia que o contempla, quer no que diz respeito às eleições, legislação e competência, bem assim a importância dada às associações intermunicipais. Todavia, manteve-se a preocupação relativa à incidência da participação popular, as vias para o aumento das receitas municipais e a situação da ordem Pública, mais concretamente, matéria ligada à criminalidade e as relações entre a Polícia e as populações.

No que concerne à Justiça, as Comissões entendem que o programa omite um aspecto importante que é a assistência judiciária, não se tendo estabelecido uma medida concreta, quando se trata de algo que já tem uma prática e referências bastante elogiosas.

Questões como a menoridade, a política prisional e uma maior celeridade na solução dos problemas a nível dos tribunais também se encontram ausentes.

Um aspecto que mereceu a atenção das Comissões foi o nível de atendimento quer aos nossos emigrantes quer às populações locais que solicitam a atenção dos funcionários e serviços e que não têm encontrado a necessária resposta.

Recomenda-se sejam tomadas as medidas com vista a uma cada vez melhor atendimento público.

Querer fazer / poder fazer
RELAÇÕES EXTERNAS

A política externa do nosso Governo mereceu das Comissões uma assinalável apreciação, tendo sido destacado o papel de relevo que

o nosso país tem desempenhado na senda internacional, não-obstante a sua pequenez e falta de recursos materiais.

Tem-se conseguido êxitos relevantes no domínio da cooperação e relações externas.

O nosso prestígio a nível internacional, o nosso relacionamento com os outros países têm mostrado da utilidade e justeza dos nossos princípios.

Por outro lado, tem sido preocupação da nossa política com os parceiros internacionais, discutir em pé de igualdade, e no domínio das ofertas, dialogar, salvaguardando a nossa soberania e evitando todos os perigos inerentes dessa dependência externa.

Um outro aspecto, extremamente importante, tem sido a preocupação do nosso Governo em estabelecer relações privilegiadas com os países da nossa região - do continente Africano, seja no quadro da OUA, CEDEAO, CILSS ou países de língua oficial portuguesa.

No domínio da nossa emigração, tendo em conta os países de acolhimento da nossa comunidade de emigrantes, nomeadamente Europa e EUA, - as Comissões congratularam-se pela preocupação do reforço de uma cada vez maior atenção ao apoio aos nossos emigrantes nesses países.

PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

No âmbito da educação e no que concerne às medidas para o sector educativo, constatou-se a necessidade da criação de estímulos materiais e morais para a valorização da carreira docente, e recomendou-se o reforço de medidas tendentes a diminuir a instabilidade da situação do pessoal docente eventual.

Devido à relativa inovação, que constitui o objectivo de garantir uma maior participação da população nos custos do ensino, pretende-se que, na medida do possível, seja explicado, o alcance e a natureza dessa participação, tendo em conta, por exemplo, a situação

sócio económica da maioria das famílias e, por outro lado, o objectivo enunciado de alargamento progressivo da escolaridade obrigatória até à 6ª classe.

Correcção tendo em conta os meios/capacidade

Quanto à alfabetização, importa analisar o conteúdo do documento actual que aponta para a redução para 20% da taxa de analfabetismo da população com 15 e mais anos e o objectivo anteriormente assumido de erradicar o analfabetismo até 1990, data que coincide com o termo da III Legislatura.

corrigir a reprodução de quem

Constatou-se a necessidade da criação de bibliotecas públicas e escolares e do seu adequado apetrechamento para estudantes, a concessão de bolsas para estudo no país com vista a beneficiar os jovens oriundos das camadas e regiões mais desfavorecidas.

No domínio da cultura, as Comissões recomendam a Adopção de um Programa Nacional de Dinamização Cultural e à criação do Instituto Nacional da Cultura. / nesta legislatura?

A área do Desporto mereceu uma atenção especial das Comissões, tendo-se regozijado com a preocupação do Governo em dar a devida atenção a essa actividade, considerando ser o Desporto um elemento mobilizador da nossa juventude, que contribui de uma forma inequívoca para o reforço da unidade nacional.

Por outro lado, sendo uma escola potencial de virtudes, ele deve ser efectivamente cada dia mais incentivado e dinamizado com vista a se desenvolver uma política desportiva de massas.

As Comissões congratulam-se com o princípio da promoção da integração da mulher no Desenvolvimento Rural e a necessidade da consagração deste princípio nos programas dos outros organismos estatais, bem como a especificação das medidas a serem tomadas em relação a essa promoção.

Um outro assunto que não encontrou acolhimento expresso da análise do documento, diz respeito aos problemas laborais. Julgamos tratar-se de matéria que deverá merecer uma atenção especial.